

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

Relatório Anual



Conselho Estadual de Recursos Fiscais

2015

Sumário

1. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO	3
2. APRESENTAÇÃO	5
3. SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2015	6
3.1 EVOLUÇÃO DAS ENTRADAS DE RECURSOS NO CERF POR ESPÉCIE	6
3.2 MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS NO CERF	6
3.3 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR ESPÉCIE	7
3.4 RESUMO GERAL DOS RECURSOS JULGADOS	7
3.5 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO RELATIVO AO TOTAL DE RECURSOS JULGADOS	8
3.6 VALORES DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS RELATIVOS AOS RECURSOS JULGADOS POR ESPÉCIE	8
3.7 RECURSOS JULGADOS – EVOLUÇÃO ANUAL DE 2010 A 2015	8
3.8 EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS	9
3.9 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO PRIMEIRA CÂMARA	9
3.10 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO SEGUNDA CÂMARA	10
3.11 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO PLENO	10
3.12 TOTAL DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO	11
3.13 QUANTIDADE DE ACÓRDÃOS POR QUÓRUM DE VOTAÇÃO	11
3.14 COMPARATIVO ANUAL DE RECURSOS JULGADOS PERÍODO DE 2010 A 2015	12
3.15 QUANTIDADE DE SESSÕES DE JULGAMENTO REALIZADAS	12
3.16 COMPARATIVO ANUAL DE SESSÕES DE JULGAMENTO REALIZADAS	13
3.17 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO PRIMEIRA CÂMARA	13
3.18 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO SEGUNDA CÂMARA	13
3.19 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO PLENO	14
3.20 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO SUPLENTE	14
3.21 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS NO TOTAL DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS	15
3.22 APROVAÇÃO DE SÚMULAS (PLENO)	15
3.23 PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL	15
3.24 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL	16
3.25 TEMPO DE DURAÇÃO DA TRAMITAÇÃO DOS RECURSOS JULGADOS	16
3.25.1 INTERVALO DE TEMPO ENTRE A DATA DA LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO E A DECISÃO FINAL	16
3.25.2 INTERVALO DE TEMPO ENTRE A DATA DA ENTRADA DOS RECURSOS NO CERF E A DECISÃO FINAL	17
3.25.3 TEMPO CONSUMIDO NAS INSTÂNCIAS DE JULGAMENTO	18

1. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Gustavo Assis Guerra
Presidente

Edésio Medeiros Assad
Vice-presidente

CONSELHEIROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO

Representantes da Secretaria de Estado da Fazenda

César Romeu Souza de Lacerda
José Adênis Pessin
Edésio Medeiros Assad

Representante da Federação da Indústria do Estado do Espírito Santo

Emílio Augusto Trinxet Brandão Júnior

Representante da Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo

Thiago Nader Passos

Representante da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo

Karla Renata Braz de Assis

REPRESENTANTE DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL NA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO

Rodrigo Francisco de Paula

CONSELHEIROS DA SEGUNDA CÂMARA DE JULGAMENTO

Representantes da Secretaria de Estado da Fazenda

Adaíso Fernandes Almeida
Wilson Alves Mauro¹
Maria das Graças Bastos Lima

Representante da Federação da Indústria do Estado do Espírito Santo

Waldenor Cezário Mariot

Representante da Federação do Comércio do Estado Espírito Santo

Henrique Ângelo Denicoli Júnior

Representante da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo

Eduardo Antônio Santos Sampaio

REPRESENTANTE DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL NA SEGUNDA CÂMARA DE JULGAMENTO

Adriano Frisso Rabelo

CONSELHEIROS SUPLENTES

Representantes da Secretaria de Estado da Fazenda

Geraldo José Pinheiro
Rowena Rodrigues Fraga
Sérgio Pereira Ricardo

¹ Posse em 02/04/2015 – Nomeado pelo Decreto n.º 526-S, de 19 de março de 2015, publicado no Diário Oficial do dia 20 de março de 2015

Representante da Federação da Indústria do Estado do Espírito Santo

Darcy Lannes Cometi

Representante da Federação do Comércio do Estado Espírito Santo

Andrea Julião de Aguiar Magalhães

Representante da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo

Luciano Silva Couto

REPRESENTANTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - SUPLENTES

Henrique Rocha Fraga

Cláudio Penedo Madureira

EQUIPE DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS FISCAIS

Marildes Madalena de Cássia Alves – Chefe de Secretaria

Ildeu Lopes Machado – Técnico Organizacional Jr.

José Luminato da Silva Filho – Auxiliar Fazendário

Cláudia Gimenes Rodrigues – Consultora do Executivo

Mirella Neves dos Santos – Estagiária de Nível Médio

Michele Mantovani Correia Pena – Estagiária de Nível Superior

Malone Assis Quinup Gomes - Terceirizada

2. APRESENTAÇÃO

Este relatório é uma síntese das atividades desenvolvidas pelo Conselho Estadual de Recursos Fiscais - CERF no ano de 2015.

A sua apresentação aos conselheiros e à excelentíssima senhora Secretária de Estado da Fazenda cumpre a determinação contida no art. 10, XXIV, do Regimento Interno do Colegiado, aprovado pelo Decreto n.º 1.353-R, DE 13 de julho de 2004, e suas alterações posteriores.

O relatório está dividido em partes que destacam: a evolução da entrada de recursos, por espécie; a movimentação dos recursos; a quantidade de recursos julgados, por espécie, nas 1.^a e 2.^a Câmaras do Conselho; um resumo geral dos recursos julgados; os índices de participação relativos ao total de recursos julgados; os valores dos créditos tributários relativos aos recursos julgados, por espécie; a evolução anual de 2010 a 2015 dos recursos julgados; a evolução da quantidade de recursos julgados por ano; a quantidade de recursos julgados por modalidade de decisão nas 1.^a e 2.^a Câmaras; o total de recursos julgados no ano; o comparativo anual dos recursos julgados de 2010 a 2015; a quantidade de sessões de julgamento realizadas; a quantidade de recursos distribuídos por conselheiro; a participação dos conselheiros nos recursos julgados e a participação dos Representantes da Fazenda Pública Estadual.

Os indicadores constantes do presente relatório, se bem analisados, podem constituir-se em poderosa ferramenta de trabalho para o planejamento das atividades de administração tributária, porquanto revelam, concretamente, os aspectos positivos e negativos das ações de fiscalização e, sobretudo, da gestão do contencioso administrativo-fiscal, considerada em seu conjunto.

Registramos, com satisfação, mais uma vez, no ano de 2015, absoluta normalidade na tramitação e no julgamento dos processos administrativo-fiscais em segunda instância, conforme detalhado no presente Relatório – **nossa Prestação de Contas Anual**.

Por último, queremos externar os nossos agradecimentos aos membros deste egrégio Conselho (conselheiros e procuradores) e à nossa equipe de servidores pela participação fundamental, dedicação e empenho no desenvolvimento de suas tarefas, permitindo que os trabalhos se realizassem a contento.

Gustavo Assis Guerra
Presidente do CERF

3. SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2015

3.1 EVOLUÇÃO DAS ENTRADAS DE RECURSOS NO CERF POR ESPÉCIE

Ano	Recurso de Ofício	Recurso Voluntário	Recurso de Revista	Impugnação (Royalties)	Voluntário /DJ	Total
2010	214	124	-	-	-	338
2011	187	167	07	-	-	361
2012	126	112	02	-	-	240
2013	144	162	05	02	05	318
2014	89	136	03	-	-	228
2015	380	824	2	01	01	1208

3.2 MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS NO CERF

Recursos a serem apreciados 31/12/2014	Entradas	Total	Saídas		Pendentes 31/12/2015 ²
			Recursos Julgados	Denegado Seguimento	
41	1208	1249	443	1	694 ⁱ

Nota:

¹ Situação dos pendentes: diligências: 3; diligenciado 1; para pauta: 1; relatados: 6; com conselheiros: 13; com procuradores: 17.

² Valor do crédito tributário pendente de Julgamento: 40.889.570,7280 VRTEs. 1 VRTE = R\$2,6871 (2015). R\$109.874.365,50

³ Durante a tramitação dos processos, muitos deles são recolhidos ou parcelados antes mesmo do julgamento

3.3 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR ESPÉCIE

	1ª CÂMARA			2ª CÂMARA					PLENO		
Mês	De Ofício	Voluntário	Total	De Ofício	Voluntário	Impugnação (Royalties) 1ª Câmara	Voluntário DJ ³	Total	RV ¹	RR	TOTAL GERAL
Jan	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fev	-	-	-	05	02	-	-	07	-	-	07
Mar	05	07	12	04	06	-	-	10	-	-	22
Abr	04	03	07	04	09	-	-	13	-	-	20
Mai	06	06	12	07	03	-	-	10	02	-	24
Jun	04	22	26	08	05	-	-	13	-	-	39
Jul	01	10	11	14	02	-	-	16	-	-	27
Ago	06	06	12	05	14	-	-	19	01	-	32
Set	10	18	28	08	09	-	-	17	02	-	47
Out	07	24	31	09	26	-	-	35	-	-	66
Nov	08	18	26	18	40	-	-	58	-	-	84
Dez	05	29	34	11	30	-	-	41	-	-	75
Tot	56	143	199	93	146	-	-	239	05	-	443

Notas:

¹ Recursos Voluntários (art. 74 do Regimento Interno do CERF).

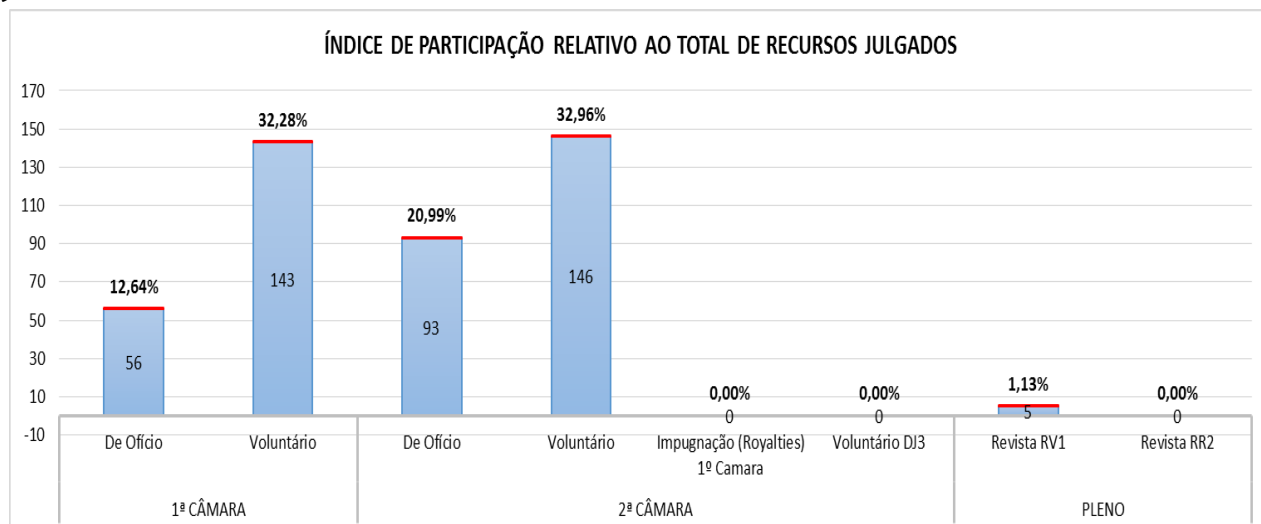
² Recursos de Revista (art. 76 do Regimento Interno do CERF).

³ Recebidos por força de decisão judicial.

3.4 RESUMO GERAL DOS RECURSOS JULGADOS

CÂMARA	TOTAL POR CÂMARA
PLENO	05
PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO	199
SEGUNDA CÂMARA DE JULGAMENTO	239
TOTAL GERAL	443

3.5 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO RELATIVO AO TOTAL DE RECURSOS JULGADOS



3.6 VALORES DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS RELATIVOS AOS RECURSOS JULGADOS POR ESPÉCIE

Ano	De Ofício	Voluntário	Impugnação (Royalties)	Pleno		Total em VRTE
				Revista	Voluntário*	
2015	158.632.529,7357	507.534.108,2856	67.103,2094	-	3.600.271,6000	669.766.909,6248

Nota: * Recursos Voluntários (art. 74 do Regimento Interno do CERF).

3.7 RECURSOS JULGADOS – EVOLUÇÃO ANUAL DE 2010 A 2015

Ano	Quantidade
2010	281
2011	379 ¹
2012	261 ²
2013	318 ³
2014	220 ⁴
2015	443

Notas:

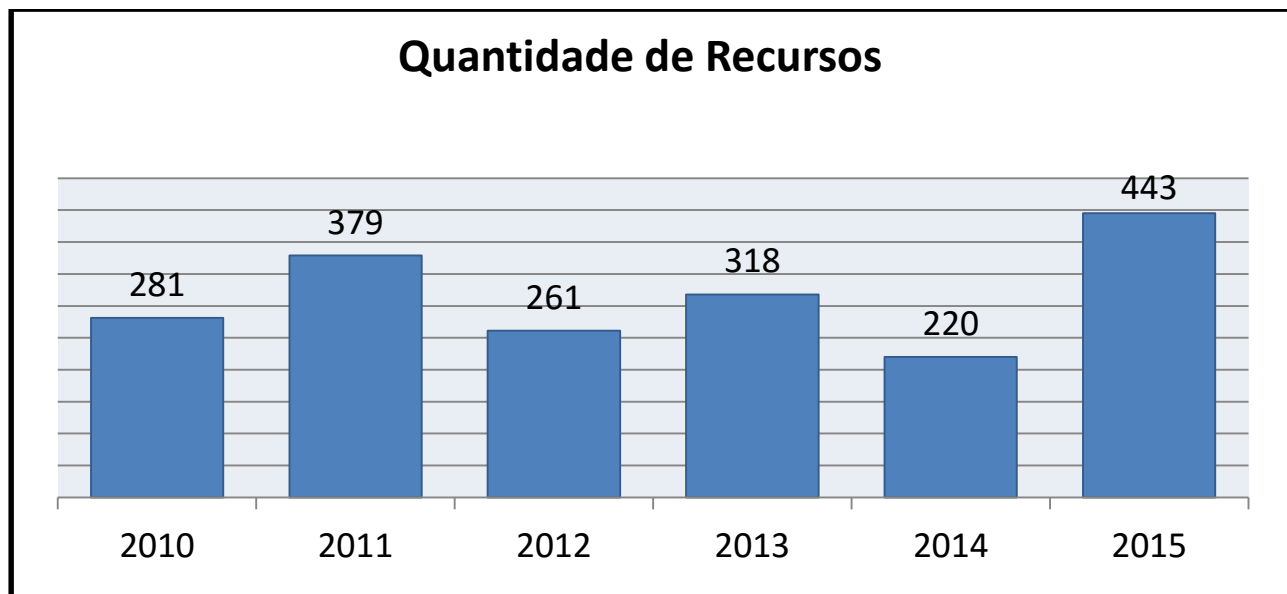
¹ Incluídos 11 Recursos Voluntários (art. 74 do Regimento Interno do CERF).

² Incluídos 07 Recursos de Revista e 14 Recursos Voluntários (art. 74 do Regimento Interno do CERF).

³ Incluídos 03 Recursos de Revista, 17 Recursos Voluntários (art. 74 do Regimento Interno do CERF) e 01 Recurso Impugnação (Royalties).

⁴ Incluídos 02 Recursos de Revista, 7 Recursos Voluntários (art. 74 do Regimento Interno do CERF) e 01 Recurso Impugnação (Royalties).

3.8 EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS



3.9 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO PRIMEIRA CÂMARA

Mês	Subsistentes	Insubsistentes	Nulidades de Autos de Infração	Decisões Anuladas	Decadência	Total
Jan	-	-	-	-	-	-
Fev	-	-	-	-	-	-
Mar	6	6	-	-	-	12
Abr	1	4	-	2	-	7
Mai	6	6	-	-	-	12
Jun	21	4	-	1	-	26
Jul	9	2	-	-	-	11
Ago	6	5	-	1	-	12
Set	16	6	1	5	-	28
Out	21	2	-	6	2	31
Nov	13	5	1	5	2	26
Dez	29	3	-	1	1	34
Total	128	43	2	21	5	199
%	64,3%	21,6%	1,0%	10,6%	2,5%	100

3.10 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO SEGUNDA CÂMARA

Mês	Subsistentes	Insubsistentes	Nulidades de Autos de Infração	Decisões Anuladas	Decadência	Total
Jan	-	-	-	-	-	-
Fev	02	05	-	-	-	07
Mar	06	01	-	01	02	10
Abr	10	03	-	-	-	13
Mai	02	06	01	01	-	10
Jun	05	06	-	-	02	13
Jul	02	14	-	-	-	16
Ago	14	02	-	01	02	19
Set	08	09	-	-	-	17
Out	16	14	02	03	-	35
Nov	39	05	03	01	10	58
Dez	30	09	-	01	01	41
Total	134	74	06	08	17	239
%	56,1%	31,0%	2,5%	3,3%	7,1%	100

3.11 QUANTIDADE DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO PLENO

Mês	Subsistentes	Insubsistentes	Nulidades	Decisões Anuladas	Decadência	Total
Jan	-	-	-	-	-	-
Fev	-	-	-	-	-	-
Mar	-	-	-	-	-	-
Abr	-	-	-	-	-	-
Mai	02	-	-	-	-	02
Jun	-	-	-	-	-	-
Jul	-	-	-	-	-	-
Ago	01	-	-	-	-	01
Set	02	-	-	-	-	02
Out	-	-	-	-	-	-
Nov	-	-	-	-	-	-
Dez	-	-	-	-	-	-
Total	05	00	00	00	00	05
%	100	00	00	00	00	100

3.12 TOTAL DE RECURSOS JULGADOS POR MODALIDADE DE DECISÃO

Decisões	1ª Câmara	2ª Câmara	Pleno*	Total	%
Subsistentes	128	134	5	267	60,4
Insubsistentes	43	74		117	26,4
Nulidades de Autos de Infração	2	6		8	1,8
Decisões Anuladas	21	8		29	6,5
Decadência	5	17		22	5,0
TOTAL	199	239	5	443	100,0

* Recursos Voluntários (art. 74 do Regimento Interno do CERF).

* Recursos de Revista (art. 76 do Regimento Interno do CERF).

3.13 QUANTIDADE DE ACÓRDÃOS POR QUÓRUM DE VOTAÇÃO

Espécies de Acórdão	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA	PLENO*	TOTAL GERAL	%
À Unanimidade	179	222	02	403	91
Por Maioria de Votos	12	10	01	23	5
Por Voto de Desempate	08	07	02	17	4
TOTAL	199	239	05	443	100

* Recursos Voluntários (art. 74 do Regimento Interno do CERF).

* Recursos de Revista (art. 76 do Regimento Interno do CERF).

3.14 COMPARATIVO ANUAL DE RECURSOS JULGADOS PERÍODO DE 2010 A 2015

Decisões	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Subsistentes	136	48	185	49	150	57	186	58	135	61	267	60
Insubsistentes	90	32	169	44	83	32	111	35	61	28	117	26
Nulidades de Autos de Infração	09	3	05	1	04	2	09	3	03	1	8	2
Decisões Anuladas	21	8	14	4	09	3	04	1	11	5	29	7
Decadência	25	9	06	2	15	6	08	3	10	5	22	5
TOTAL	281	100	379	100	261	100	318	100	220	100	443	100

3.15 QUANTIDADE DE SESSÕES DE JULGAMENTO REALIZADAS

MÊS	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA	PLENO	TOTAL
Janeiro	-	-	-	-
Fevereiro	-	2	-	2
Março	5	4	-	9
Abril	2	3	-	5
Maio	3	3	1	7
Junho	4	4	-	8
Julho	7	4	-	11
Agosto	4	4	1	9
Setembro	2	4	-	6
Outubro	4	6	-	10
Novembro	5	7	-	12
Dezembro	6	7	1	14
TOTAL	42	48	3	93

Obs: O CERF pode realizar até 24 sessões de julgamento por mês, sendo 08 ordinárias e 04 extraordinárias, por Câmara (artigo 34, § 1.º do R.I). Entretanto, a quantidade de processos remetida ao CERF está, no momento atual, muito aquém da sua capacidade de resposta.

3.16 COMPARATIVO ANUAL DE SESSÕES DE JULGAMENTO REALIZADAS

Ano	1ª Câmara	2ª Câmara	Pleno	TOTAL
2010	30	33	01*	64
2011	35	39	02	76
2012	28	23	06	57
2013	38	39	08	85
2014	28	28	03	59
2015	42	48	03	93

* Sessão extraordinária para aprovação de Súmulas.

3.17 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO PRIMEIRA CÂMARA

Conselheiro	Recursos Distribuídos	%
César Romeu Souza de Lacerda	76	17,2
Edésio Medeiros Assad	61	13,8
Emílio Augusto Trinxet Brandão Jr.	59	13,4
José Adênis Pessin	87	19,7
Karla Renata Braz de Assis	61	13,8
Thiago Nader Passos	97	22,0
TOTAL	441	100%

Obs.:

1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo conselheiro, por dependência.

3.18 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO SEGUNDA CÂMARA

Conselheiro	Recursos Distribuídos	%
Adaíso Fernandes Almeida	72	15,8
Eduardo Antônio Santos Sampaio	75	16,5
Henrique Ângelo Denicoli Júnior	69	15,2
Maria das Graças Bastos Lima	82	18,0
Waldenor Cezário Mariot	83	18,2
Wilson Alves Mauro	74	16,3
TOTAL	455	100,0

Obs.:

1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo conselheiro, por dependência.

3.19 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO PLENO

Conselheiro	Recursos Distribuídos	%
César Romeu Souza de Lacerda	-	-
Edésio Medeiros Assad	-	-
Emílio Augusto Trinxet Brandão Jr.	1	9
José Adênis Pessin	1	9
Karla Renata Braz de Assis	-	-
Thiago Nader Passos	1	9
Adaíso Fernandes Almeida	1	9
Eduardo Antônio Santos Sampaio	1	9
Gustavo Assis Guerra	1	9
Henrique Ângelo Denicoli Júnior	1	9
Maria das Graças Bastos Lima	2	18
Rowena	2	18
Waldenor Cezário Mariot	-	-
TOTAL	11	100,0

Obs.:

1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo conselheiro, por dependência.

3.20 QUANTIDADE DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR CONSELHEIRO SUPLENTE

Conselheiro	Recursos Distribuídos	%
Geraldo José Pinheiro	20	33,3
Rowena Rodrigues Fraga	25	41,7
Sérgio Pereira Ricardo	04	6,7
Darcy Lannes Cometi	-	
Andrea Julião de Aguiar Magalhães	-	
Luciano Silva Couto	11	18,3
TOTAL	60	100,0

Obs.:

1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo conselheiro, por dependência.

Total Geral	967	100
--------------------	------------	------------

3.21 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS NO TOTAL DE RECURSOS DISTRIBUÍDOS

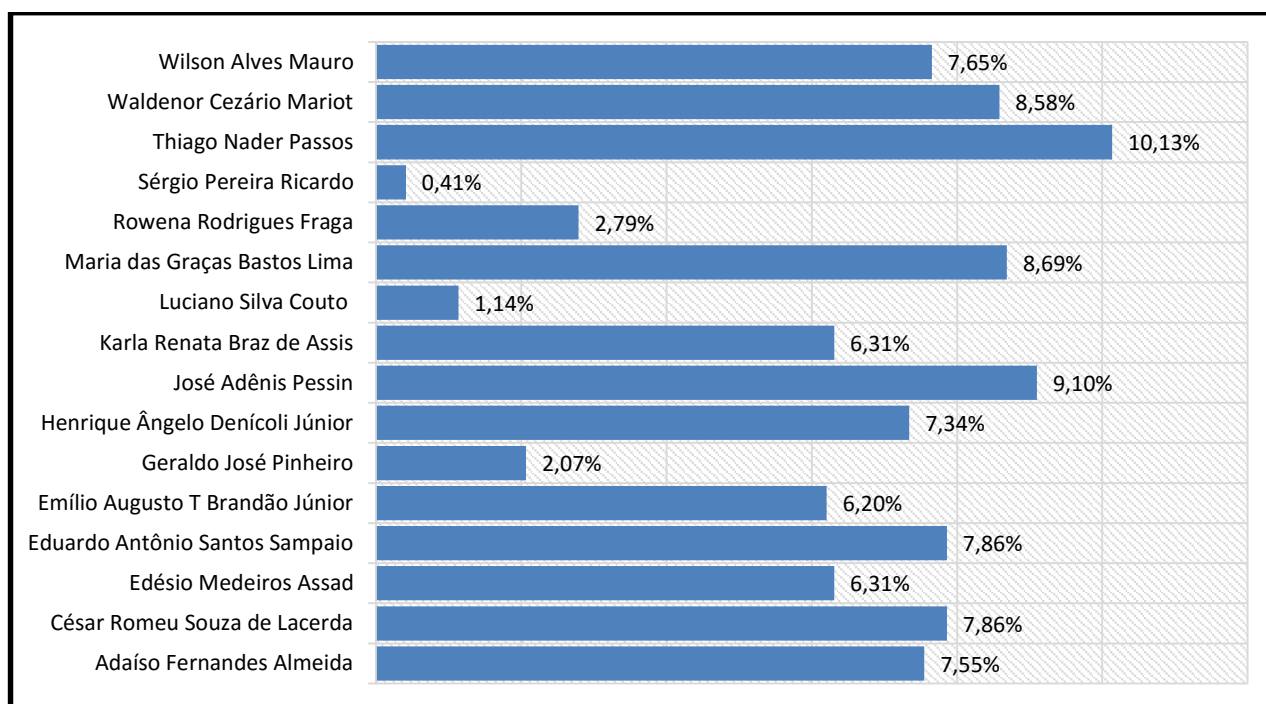


Gráfico 03

Obs.: 1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos;
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo conselheiro, por dependência.

3.22 APROVAÇÃO DE SÚMULAS (PLENO)

Súmula N°	Data Aprovação	Data Publicação D.O.E
004/2015	30/09/2015	13/10/2015

3.23 PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

Procurador do Estado	Recursos Distribuídos	%
Rodrigo Rabello Vieira	400	51,2
Adriano Frisso Rabelo	391	48,8
TOTAL	791	100

Obs.:

1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos.
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo Procurador, por dependência.

3.24 ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

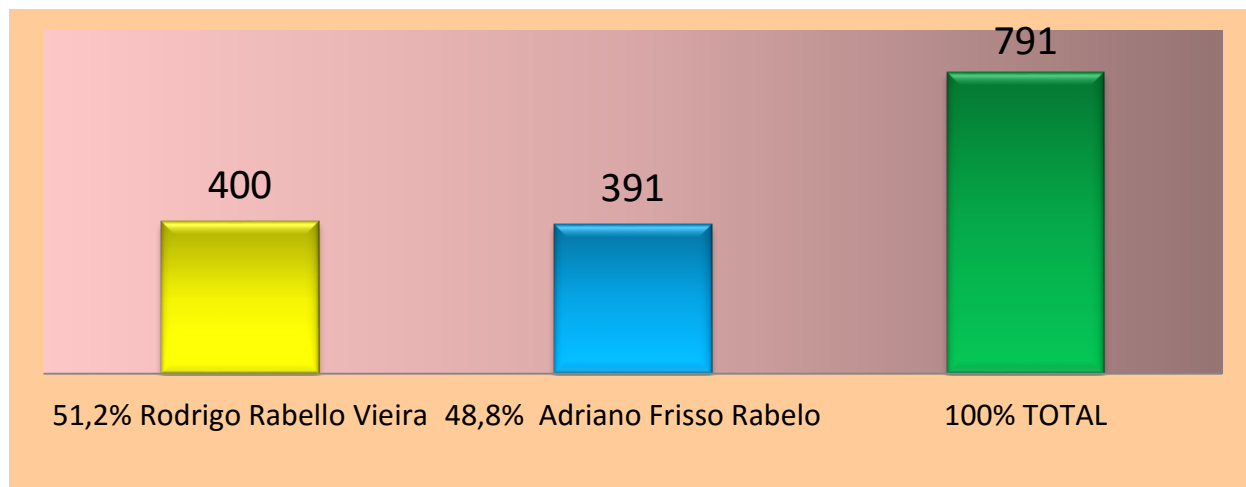


Gráfico 04

Obs.:

1. Considerou-se, também distribuídos, os processos objetos de pedido de vista, diligências e respectivos retornos.
2. Processos idênticos, conexos, semelhantes ou do mesmo sujeito passivo, quase sempre são distribuídos para o mesmo Procurador, por dependência.

3.25 TEMPO DE DURAÇÃO DA TRAMITAÇÃO DOS RECURSOS JULGADOS

3.25.1 INTERVALO DE TEMPO ENTRE A DATA DA LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO E A DECISÃO FINAL

Quantidade de Recursos	Tempo em Anos	%
1	20	0,2
4	19	0,8
4	17	0,8
4	16	0,8
11	15	2,4
7	14	1,5
9	13	1,9
8	12	1,7
36	11	7,8
12	10	2,6
22	9	4,8
37	8	8,0
52	7	11,3
57	6	12,4
47	5	10,2
39	4	8,5
47	3	10,2
44	2	9,6
17	1	3,7
458	Média Ponderada: 6,67 anos	100

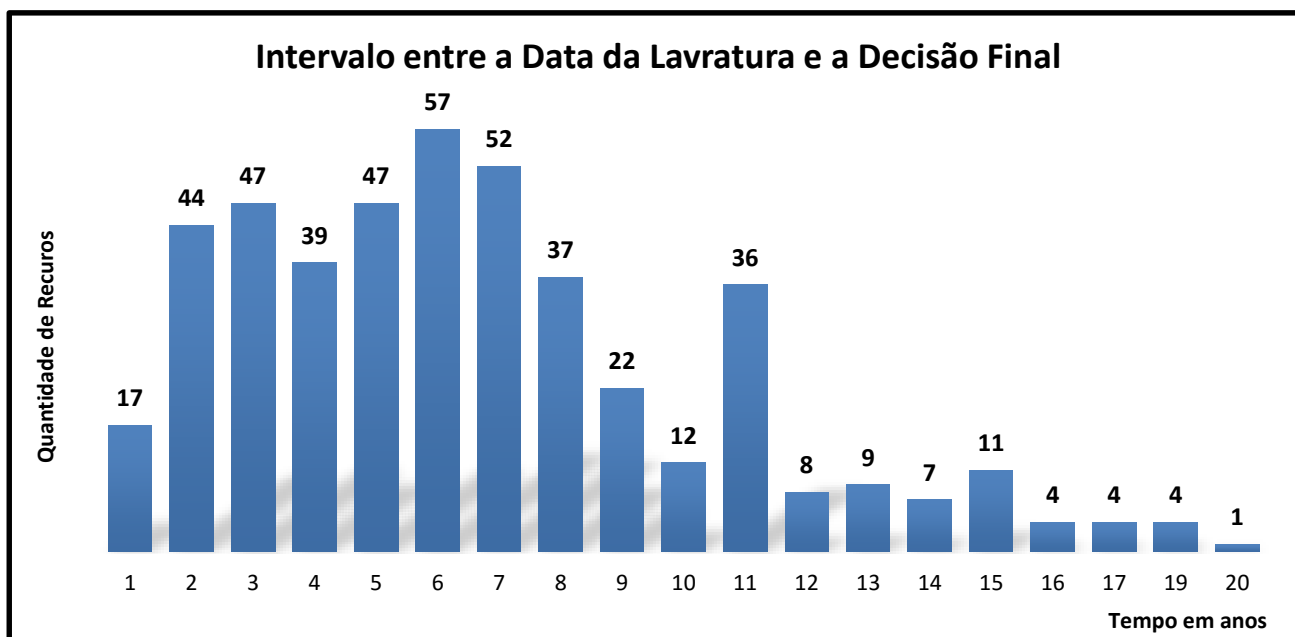


Gráfico 05

Nota Técnica: a quantidade de recursos (458) é maior que a quantidade de processos julgados (443), em razão dos processos que são julgados na 1ª instância, como parcialmente procedente, admitindo-se recurso de ofício e voluntários, estes são julgados separadamente, ou seja, num único processo dois recursos são apreciados.

3.25.2 INTERVALO DE TEMPO ENTRE A DATA DA ENTRADA DOS RECURSOS NO CERF E A DECISÃO FINAL

Quantidade de Recursos	Tempo em Meses		
20	1	4,37	
109	2	23,80	
136	3	29,69	
104	4	22,71	
39	5	8,52	
21	6	4,59	
15	7	3,28	
1	8	0,22	
6	9	1,31	
2	10	0,44	
2	11	0,44	
0	12	-	
2	13	0,44	
1	19	0,22	
443	Média Ponderada: 3,57 meses	100	

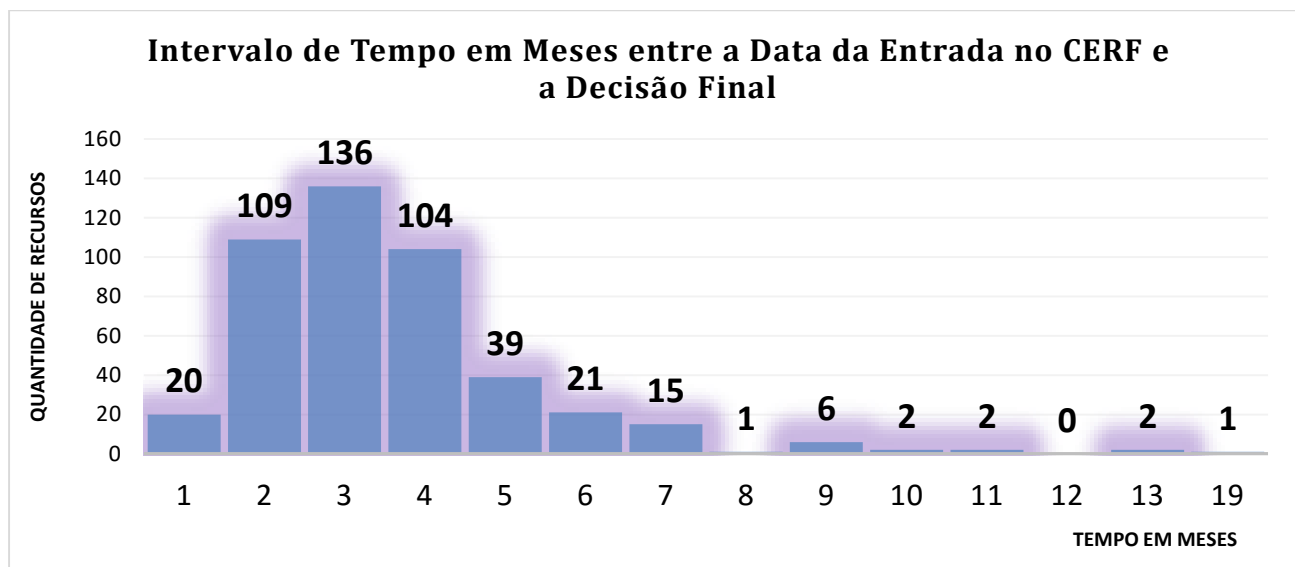


Gráfico 06

3.25.3 TEMPO CONSUMIDO NAS INSTÂNCIAS DE JULGAMENTO

TEMPO CONSUMIDO EM MESES – MÉDIA PONDERADA						
ANO	NA SEGUNDA INSTÂNCIA	%	OUTROS	%	TOTAL	%
2015	3,57 meses	4,46	76,47 meses	95,53	80,04 meses	100

Notas:

TOTAL (tempo contado da data da lavratura do auto de infração até a decisão final);

OUTROS (tempo contado da data da lavratura do auto de infração até o ingresso do recurso no Conselho);

NA SEGUNDA INSTÂNCIA (tempo contado da data de ingresso no Conselho até a decisão final).

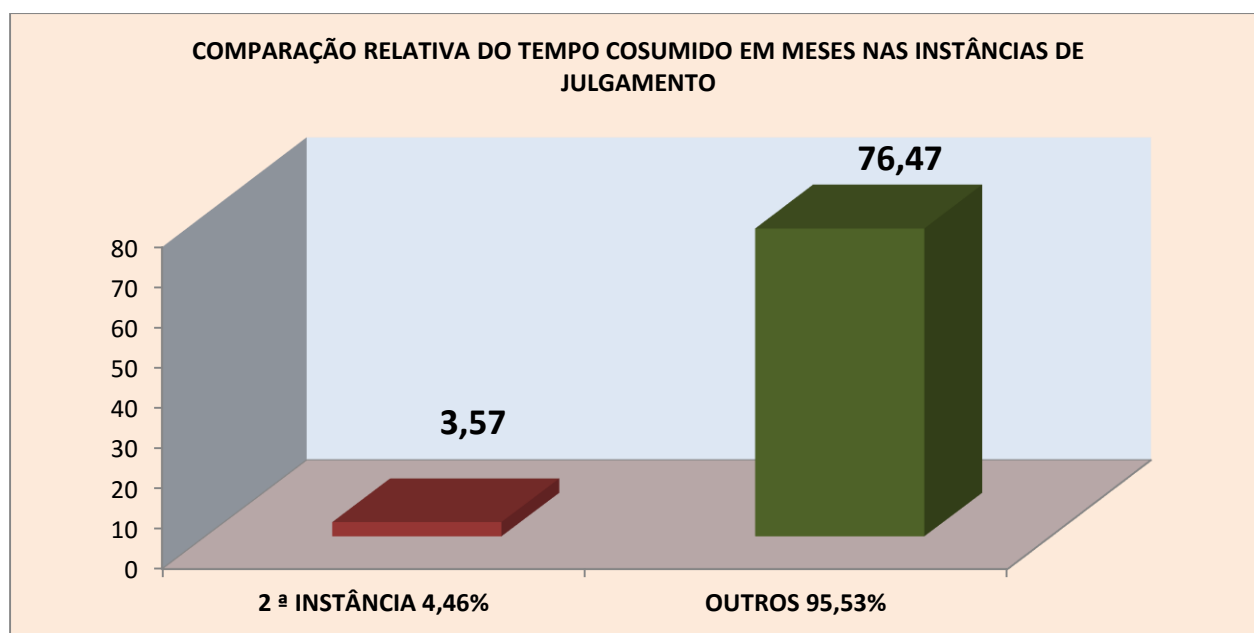


Gráfico 07